



Isabel Madureira Andrade 2022

AZ@BXL

Número: 388 Data: 2026.01.16

No título: “Mármore #4”

Créditos: Isabel Madureira Andrade (Ponta Delgada, Açores, 1991). A sua formação foi feita na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, onde concluiu a Licenciatura e o Mestrado em Pintura (2010 – 2018). Entre 2014 e 2016 frequentou o Programa de Residências Artísticas da Mart (Lisboa). Participa regularmente em exposições coletivas desde 2014. Realizou, em 2017, a sua primeira exposição individual “Indícios” na Fundação Portuguesa das Comunicações, em parceria com a Galeria Bessa Pereira (Lisboa). Em 2019 integrou a short list dos 6 finalistas do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, e foi destacada pelo júri com a Menção Honrosa. Isabel Madureira Andrade é representada pela Galeria Fonseca Macedo – Arte Contemporânea.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[**Comissão aprova primeira vaga de financiamento da defesa para oito Estados-Membros ao abrigo do programa SAFE**](#)

[**A Comissão Europeia apresenta um pacote de apoio financeiro à Ucrânia para 2026-2027**](#)

[**Líderes de grupos do Parlamento Europeu expressam apoio inequívoco à Gronelândia e à Dinamarca**](#)

[**Riscos e oportunidades na evolução das relações económicas e financeiras entre a UE e os EUA**](#)

[**Presidente da Câmara de Istambul vence Prémio Paweł Adamowicz pela defesa da democracia local**](#)



VAI ACONTECER

Até 18 de janeiro



Simplificação — Pacote digital e omnibus

Decorre até 18 de janeiro o período para apresentação de comentários sobre o ato adotado. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Os comentários podem ser apresentados no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 19 de janeiro



União Europeia lança convite para selecionar gestor do novo Fundo Scaleup Europe

O Fundo do Conselho Europeu de Inovação lançou um [convite à manifestação de interesse](#) destinado a recrutar um gestor de fundos independente para atuar como consultor de investimentos e gestor de carteira do Fundo Scaleup Europe, um novo instrumento multimilionário destinado a apoiar empresas europeias de rápido crescimento em setores tecnológicos estratégicos.

O gestor selecionado terá um papel central na valorização das scaleups europeias e no fortalecimento da liderança tecnológica da Europa em escala global. O convite está aberto a gestores de fundos com experiência comprovada em captação e gestão de investimentos, bem como em operações de expansão e crescimento empresarial.

Os pedidos de pré-qualificação deverão ser submetidos até **19 de janeiro de 2026**, e as candidaturas completas estarão abertas até **3 de fevereiro de 2026**, ambas com prazo limite às 17h00 CET (hora de Bruxelas).

O Fundo Scaleup Europe fará parte da estrutura existente do Fundo Europeu do Conselho de Inovação, mas com um gestor de fundos totalmente privado e baseado no mercado.

19 a 22 de janeiro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A primeira sessão plenária do Parlamento Europeu relativa ao ano 2026 irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 19 a 22 de janeiro, podendo consultar [aqui](#) a agenda da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

Até 23 de janeiro



Relatório de 2026 sobre o Estado de direito: Consulta específica das partes interessadas

Na elaboração do relatório, a Comissão baseia-se numa diversidade de fontes pertinentes, incluindo contributos a receber das autoridades nacionais, visitas aos países e contributos das partes interessadas.

A fim de facilitar a sua participação adequada, a Comissão convida as partes interessadas a apresentarem contributos escritos para o relatório através da presente consulta específica. O objetivo é alimentar a avaliação da Comissão com informações factuais sobre a evolução no terreno nos Estados-Membros, bem como nos quatro países do alargamento incluídos no relatório. A consulta integra as perguntas da consulta separada do ano passado sobre a dimensão do mercado único. Estas perguntas são especificamente indicadas no questionário.

Pode contribuir para esta consulta preenchendo o questionário em linha (faça um contributo separado para cada Estado-Membro ou país do alargamento abrangido) até 23 de janeiro de 2026 (meia-noite, hora de Bruxelas).

Aceda à consulta [aqui](#).



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 25 de janeiro



Preparar a agricultura da UE para o futuro através da investigação e da inovação

A Comissão Europeia, liderada pela DG AGRI, está a preparar uma nova Abordagem Estratégica para a Investigação e Inovação (I&I) Agrícola da UE, prevista para meados de 2026.

Esta Abordagem Estratégica visa garantir a competitividade, sustentabilidade e resiliência a longo prazo do setor agroalimentar, das florestas e das zonas rurais da UE, e contribuir para os objetivos da [Visão para a Agricultura e Alimentação](#) e outras iniciativas da Comissão.

A Comissão gostaria de ouvir a sua opinião para ajudar a identificar as prioridades.

A [consulta](#) está aberta até **25 de janeiro de 2026**.

Até 26 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal “[Dê a sua opinião](#)” e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

29 de janeiro



Conferência: Compreender o impacto do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o instrumento pós-COVID da UE no valor de 650 mil milhões de euros e apoia reformas e investimentos em diferentes domínios de intervenção. Uma vez que o último ano de execução do MRR teve início, o objetivo da conferência é fazer um balanço do seu impacto até à data. A conferência convida a comunidade académica e de investigação a juntar-se a profissionais das administrações públicas e organizações internacionais para debater a investigação e os dados preliminares disponíveis.

Reserve o seu lugar, faltam 2 semanas para se [registar](#), as inscrições terminarão na quarta-feira, 28 de janeiro de 2026, às 9h00 (hora da Europa Central).

Até 2 de fevereiro



Consulta Pública: Pacote de medidas relativas à mobilidade laboral justa

Esta iniciativa contribuirá para tornar o mercado único mais competitivo e justo, trazendo vantagens para as pessoas e os trabalhadores que recorrem à mobilidade, para as empresas e para as autoridades públicas.

A iniciativa irá: modernizar, simplificar e digitalizar a coordenação da segurança social e a mobilidade laboral; promover a portabilidade das qualificações e das competências para apoiar a livre circulação; melhorar o controlo do cumprimento através do reforço da Autoridade Europeia do Trabalho; proporcionar clareza jurídica à legislação da UE em matéria de mobilidade; e, impulsionar a autonomia estratégica da UE e atenuar a escassez de competências e de mão de obra.

A consulta pública irá decorrer até 2 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 9 de fevereiro



Comissão procura obter informações sobre a política da UE para os oceanos

A Comissão Europeia lançou um convite à apreciação para definir a Lei Europeia dos Oceanos, cuja adoção está prevista para 2026. Esta iniciativa sublinha o empenho da UE no desenvolvimento de uma governação marítima coesa e na utilização sustentável dos recursos oceânicos. O convite à apresentação **de propostas decorrerá até 9 de fevereiro de 2026** e está aberto às partes interessadas, aos peritos e aos cidadãos de toda a Europa.

A Lei Europeia dos Oceanos melhorará a coerência e a aplicação efetiva da governação marítima na UE. Servirá de ponto de referência para reunir todos os objetivos económicos, climáticos, ambientais e sociais adotados a nível da União para proteger e utilizar de forma sustentável os recursos e serviços oceânicos.

As principais características do ato legislativo sobre os oceanos incluem a melhoria do ordenamento do espaço marítimo com base na revisão da [legislação em matéria de ordenamento do espaço marítimo](#); estruturar a governação e a coordenação do Sistema Europeu de Observação dos Oceanos e racionalizar as obrigações de comunicação de informações e reduzir os encargos administrativos nas políticas da UE para os oceanos.

Como próxima etapa na preparação da Lei Europeia dos Oceanos, a Comissão lançará uma consulta pública na primavera de 2026. Prevê-se que o ato seja adotado no final de 2026, tal como anunciado no [programa de trabalho da Comissão](#).

Pode encontrar mais informações sobre o convite à apreciação na [página Web específica](#) e aceder ao [convite](#) em linha.

Até 11 de fevereiro



Passaporte Europeu de Segurança Social: convite à apreciação

O Passaporte Europeu de Segurança Social (ESSPASS) simplificará a forma como os cidadãos da UE que se deslocam ou trabalham noutras países da UE interagem com as autoridades competentes ou os prestadores de serviços no âmbito da segurança social. Ao possibilitar a verificação rápida e segura dos documentos e direitos de segurança social através de uma solução digital, o passaporte reduz a burocracia e o risco de erros e fraude.

Esta iniciativa estabelecerá uma solução digital normalizada para otimizar os processos para os cidadãos, as empresas e as autoridades públicas.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao presente convite à apreciação no portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 11 de fevereiro (apresentar A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (24 h - hora de Bruxelas)).

Até 23 de fevereiro



Comissão solicita contributos para moldar a resiliência climática futura da UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro quadro da UE em matéria de resiliência climática. A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios como fenómenos meteorológicos extremos, impactos na saúde, economias e infraestruturas, e a necessidade de uma abordagem coordenada para adaptação climática, conforme disposto no relatório “[Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#)”, produzido pela Agência Europeia para o Ambiente.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, empresas, autoridades regionais e partes interessadas sobre como a UE pode proteger a saúde humana, reduzir riscos de alto impacto e reforçar a preparação societal. A consulta pública irá contribuir para o novo quadro da UE sobre resiliência climática, previsto para 2026, que visa tornar a Europa mais forte e preparada para os desafios climáticos.

A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (às 23h59, hora de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 27 de fevereiro



Uma Iniciativa Europeia de Observação do Oceano: solicitação de contributos pela Comissão Europeia

A observação oceânica é a base do conhecimento marinho. Através desta iniciativa, baseada no Pacto dos Oceanos, a Comissão Europeia propõe uma abordagem orientada por objetivos que responde às necessidades da sociedade. Abrange áreas fundamentais ao longo da cadeia de valor do conhecimento, visando a sustentabilidade a longo prazo, a ambição e a autonomia estratégica na observação dos oceanos, integrando os serviços marinhos da UE, promovendo a colaboração internacional e garantindo dados internacionais, assegurando a co-criação e apoiando a capacidade dos Estados-Membros.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), podendo apresentar os seus comentários em resposta ao presente convite à apreciação em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.



Consulta Pública: Práticas comerciais desleais entre empresas na cadeia de abastecimento alimentar — revisão das regras da UE

Esta iniciativa visa rever as regras da UE em matéria de luta contra as práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar, a fim de refletir a evolução da dinâmica do mercado e as práticas emergentes e assegurar relações mais justas no âmbito da cadeia.

A revisão baseia-se na avaliação das regras da UE em matéria de práticas comerciais desleais entre empresas e na «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar», dando resposta às exigências dos agricultores no sentido de uma cadeia alimentar mais justa.

A consulta pública irá decorrer até 27 de fevereiro de 2026 (24 hora- horas de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 1 — facilitar a mobilidade dos trabalhadores em toda a UE através da transparência e da digitalização das competências

Atualmente, fazer com que as competências e qualificações dos trabalhadores sejam compreendidas pelos empregadores de outros Estados-Membros da UE continua a ser um desafio, nomeadamente porque os diplomas são frequentemente documentos em suporte papel.

Esta iniciativa visa tirar partido dos instrumentos existentes para a transparência das competências e qualificações e explorar as possibilidades de promoção de credenciais digitais interoperáveis. O objetivo é facilitar a mobilidade dos trabalhadores, reforçar o mercado único e facilitar a compreensão e aceitação das competências e qualificações em toda a UE.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 2 — facilitar, modernizar e expandir os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas

As regras da UE em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais facilitam o reconhecimento transfronteiriço das qualificações dos cidadãos da UE que procuram aceder a profissões regulamentadas. Ainda assim, os processos a seguir podem ser morosos, complexos e dispendiosos, limitando a eficácia do mercado único.

Esta iniciativa visa simplificar, modernizar e alargar ainda mais os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas, em especial através do recurso a ferramentas digitais.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 3 — simplificar o reconhecimento das qualificações e competências dos nacionais de países terceiros

Os procedimentos nacionais de reconhecimento de nacionais de países terceiros são divergentes e muitas vezes lentos e ineficazes. Estes procedimentos impedem os nacionais de países terceiros de aceder ao mercado de trabalho e reduzem a atratividade da UE enquanto destino para os trabalhadores qualificados provenientes do estrangeiro.

Esta iniciativa visa simplificar o reconhecimento das qualificações dos nacionais de países terceiros, ajudando a fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE e respeitando a competência dos Estados-Membros em matéria de migração e regulamentação das profissões.

O período para apresentação de comentários através do portal “[Dê a sua opinião](#)”, decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de março



Consulta Pública: Novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas — UE reforma regras postais

No âmbito da estratégia da UE para o mercado único adotada em maio de 2025, propõe-se um novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas a fim de substituir a Diretiva Serviços Postais e o Regulamento Encomendas Transfronteiriças no 4.º trimestre de 2026.

A reforma das regras da UE para os serviços postais centrar-se-á nas entregas enquanto serviço e garantirá que os particulares e as empresas possam receber entregas em toda a UE a preços acessíveis, ao mesmo tempo que irá promover a concorrência leal nos mercados de entregas e melhorar a proteção dos consumidores.

O período de consulta decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 5 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 9 de março



Consulta pública sobre revisão das regras de proteção do meio marinho

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública e um convite à apresentação de provas no âmbito da revisão da [Diretiva-Quadro Estratégia Marinha](#) (MSFD), com o objetivo de reforçar a proteção dos ecossistemas marinhos e simplificar a sua aplicação.

A revisão segue-se à avaliação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (MSFD), publicada em março de 2025, que reconheceu os progressos realizados, mas concluiu que a diretiva ainda não alcançou plenamente o objetivo de garantir um bom estado ambiental nos mares europeus, sendo o elevado nível de poluição e a perda de biodiversidade marinha apontados como os principais motivos para a falta de sucesso da iniciativa.

A iniciativa está aberta à participação de cidadãos, entidades públicas e organizações interessadas até **9 de março de 2026** (23h59 hora de Bruxelas), através do portal [Dê a Sua Opinião](#).

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

Até 12 de março



Atualização da governação da União da Energia e da ação climática: Consulta Pública

As regras atuais criaram um mecanismo de governação baseado no planeamento estratégico, na elaboração de relatórios e na monitorização, para ajudar a UE e os Estados-Membros a atingirem os seus objetivos em matéria de clima e de energia.

Esta iniciativa da Comissão Europeia prevista para o quarto trimestre de 2026, visa manter a Europa no bom caminho para cumprir os seus objetivos em matéria de clima, integrando, reforçando e modernizando simultaneamente essas regras e propondo para a próxima década um quadro propício que garanta a competitividade e a sustentabilidade da Europa.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 16 de março



Política da UE para o Ártico – Comissão Europeia lança convite à apreciação e consulta pública

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta [pública e um convite à apreciação](#) no âmbito do processo de atualização da política da UE para o Ártico. Esta atualização é necessária para manter a pertinência e a eficácia da política na resposta à evolução dos desafios e das oportunidades no Ártico.

A consulta pública e o convite à apreciação decorrerão até **16 de março de 2026**, esperando a Comissão receber uma série de contributos das partes interessadas, nomeadamente de: Estados-Membros da EU; Comunidades indígenas e locais; Representantes da indústria; Organizações da sociedade civil; Academia .

A iniciativa surge na sequência do [anúncio do Presidente da Comissão Europeia de rever a política da UE para o Ártico](#), a fim de garantir que está apta a enfrentar os desafios atuais e futuros.

Até 17 de março



Normas em matéria de plásticos de utilização única e artes de pesca (avaliação)

Os produtos de plástico de utilização única e as artes de pesca que contêm plástico constituem uma importante fonte de lixo marinho que ameaça os ecossistemas marinhos, a biodiversidade e a saúde humana. Esse tipo de lixo prejudica o exercício de atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo.

A Diretiva Plásticos de Utilização Única de 2019 visa prevenir estes resíduos e reduzir o seu impacto no meio marinho. Esta iniciativa avaliará o impacto das medidas previstas na diretiva, devendo servir de base para futuras atualizações ou alterações da mesma.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 17 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

ACONTECEU



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Tribunal de Contas Europeu expõe falhas nos controlos do azeite

As falhas nos sistemas de controlo do azeite na União Europeia (UE) põem em risco a qualidade, a segurança e a possibilidade de saber a origem do produto. Esta é a conclusão de um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE). As inspeções para verificar se existem pesticidas no azeite proveniente de países da UE são claras e geralmente funcionam bem. Porém, quando se trata de detetar a presença de outras substâncias nocivas, os controlos são menos aprofundados e é difícil perceber algumas regras, como as relativas ao controlo das misturas e de determinação da origem.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada, bem como aceder à versão integral do [relatório](#) do Tribunal de Contas Europeu (TCE).

Principais dados sobre a cadeia alimentar – emprego na agricultura

[Dados fundamentais sobre a cadeia alimentar europeia – edição](#) de 2025, publicados em dezembro, traçam o percurso dos nossos alimentos do prado ao prato, utilizando os dados mais recentes. A publicação abrange toda a cadeia alimentar, incluindo a produção, a transformação, a distribuição, o comércio internacional, o consumo e as preocupações ambientais e centra-se nas pessoas que produzem os alimentos, a mão de obra agrícola [da UE](#).

Em 2023, havia 8,4 milhões de pessoas empregadas no setor agrícola da UE (incluindo atividades de caça e serviços conexos). À medida que o número de explorações agrícolas diminuiu, o emprego agrícola diminuiu, tendo a sua percentagem da mão de obra da UE diminuído de 5,2 % em 2013 para 3,9 % em 2023. Estes desenvolvimentos foram muitas vezes impulsionados por tecnologias de poupança de mão de obra, como a mecanização, a automatização e outras inovações.

Entre 2013 e 2023, a parte da agricultura no emprego total diminuiu em todos os países da UE, com as maiores diminuições na Roménia (diminuição de 8,9 pontos [percentuais](#)) na Croácia e em Portugal (-4,7 pontos percentuais cada).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada disponibilizada pelo Eurostat.



Ambiente

Temperaturas globais e europeias em 2025 classificaram-se como as terceiras mais altas de sempre, conclui relatório do Copernicus

As temperaturas globais em 2025 ficaram em terceiro lugar entre as mais altas já registadas, de acordo com dados do [relatório Copernicus Global Climate Highlights da UE](#), agora publicado. Este ano ficou apenas 0,01 °C abaixo dos níveis observados em 2023 e, embora 2024 continue a ser o ano mais quente já documentado, 2025 ficou logo atrás, com temperaturas significativamente mais altas do que as médias históricas. O ano passado foi também o terceiro mais quente de que há registo na Europa.

O relatório [Copernicus](#), coordenado com a Organização Meteorológica Mundial das Nações Unidas e outras organizações nacionais de monitorização climática, destaca que as temperaturas do ar sobre a terra foram as segundas mais elevadas de que há registo. Ambos os polos registaram condições extremas: a Antártida registou a temperatura anual mais quente de que há registo, enquanto o Ártico registou a segunda mais quente.

As tendências atuais de aquecimento sugerem que a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C poderá ser alcançada até ao final desta década — mais de dez anos antes do que foi projetado quando o acordo foi assinado pela primeira vez.

O calor intenso do período 2023–2025 está ligado a dois fatores principais. Primeiro, os gases de efeito estufa continuam a acumular-se na atmosfera à medida que as emissões aumentam e os sumidouros naturais de carbono, como as florestas, têm dificuldade em absorver o CO2. Segundo, as temperaturas da superfície do mar atingiram níveis sem precedentes, impulsionadas por padrões meteorológicos fortes e mais quentes e pelo aquecimento oceânico de longo prazo causado pelas alterações climáticas. Estas temperaturas anuais recordes ocorreram juntamente com uma série de eventos climáticos extremos em todo o mundo, desde ondas de calor históricas, tempestades severas, até incêndios florestais devastadores.

A UE continua os seus esforços para atingir os objetivos do acordo de Paris e está totalmente comprometida em se tornar neutra em carbono até 2050. Este ano, apresentará um novo Quadro Europeu para a resiliência climática e gestão de riscos, para preparar melhor a UE para os riscos climáticos e construir resiliência climática.

Entrada em vigor de proteções adicionais a nível da UE contra as PFAS na água potável

Desde 12 de janeiro de 2026, os Estados-Membros têm de monitorizar, de forma harmonizada, os níveis de substâncias perfluoroalquiladas e polifluoroalquiladas (PFAS) na água potável, a fim de cumprir os novos valores-limite da UE ao abrigo da [Diretiva Água Potável](#) reformulada. Devem igualmente informar a Comissão desses resultados de monitorização, incluindo dados sobre excedências dos valores-limite, incidentes e quaisquer derrogações concedidas.

Esta medida contribui diretamente para um objetivo fundamental da [Estratégia de Resiliência Hídrica](#) – o direito à água potável segura. Responde igualmente ao apelo da estratégia no sentido de uma ação urgente para combater os poluentes que ameaçam as fontes de água potável da Europa.

A [Diretiva Água Potável](#) reformulada foi adotada em 2020 e os Estados-Membros estavam obrigados a transpor a diretiva para o direito nacional até janeiro de 2023. A fim de apoiar um acompanhamento coerente em toda a UE, a Comissão emitiu [orientações técnicas](#) em 2024.

Esta é a primeira vez que a monitorização sistemática das PFAS na água potável está a ser implementada na UE. Se os valores-limite forem excedidos, os Estados-Membros devem tomar medidas para reduzir o nível de PFAS, a fim de proteger a saúde pública e informar o público. Estas medidas podem incluir o encerramento de poços contaminados, a adição de medidas de tratamento para remover as PFAS ou a restrição da utilização do abastecimento de água potável enquanto a excedência se mantiver.

Pode encontrar [mais informações sobre as novas regras que entram em vigor](#) em linha.



Comissão dá luz verde ao quinto pedido de pagamento da Lituânia no valor de 360,4 milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão avaliou o quinto pedido de pagamento da Lituânia ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o elemento central do [NextGenerationEU](#).

A Comissão concluiu que a Lituânia cumpriu satisfatoriamente os cinco marcos e metas estabelecidos na [Decisão de Execução do Conselho](#).

O pedido de pagamento de 360,4 milhões de euros abrange etapas importantes na realização de investimentos que impulsionarão mudanças positivas para os cidadãos e as empresas na Lituânia. Estes investimentos permitem a conclusão de projetos centrados no desenvolvimento de tecnologias ecológicas e de elevado valor acrescentado para o desenvolvimento industrial, bem como o apoio a centrais de energias renováveis (solares, eólicas e híbridas em terra) e a instalações de armazenamento de eletricidade.

A Comissão enviou agora a sua avaliação preliminar positiva do cumprimento dos marcos e das metas ao [Comité Económico e Financeiro \(CEF\)](#), que dispõe de quatro semanas para emitir o seu parecer.

O pagamento à Lituânia pode ter lugar na sequência do parecer favorável do CEF e da adoção de uma decisão de pagamento pela Comissão.

Tendo em vista o encerramento do mecanismo no final de 2026, os Estados-Membros devem executar todos os marcos e metas pendentes até agosto de 2026 e apresentar os últimos pedidos de pagamento até ao final de setembro.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Comissão dá luz verde ao pedido de pagamento da Eslováquia no valor de 591 milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão avaliou positivamente o sexto pedido de pagamento da Eslováquia no valor de 591 milhões de euros ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o elemento central do [NextGenerationEU](#). Trata-se de um passo importante na realização das reformas e dos investimentos associados a este pedido, nos domínios do ambiente empresarial, da digitalização, da educação, da governação, da economia verde, do mercado de trabalho, da investigação e da saúde.

A Comissão concluiu que a Eslováquia cumpriu satisfatoriamente os oito marcos e as 11 metas estabelecidos na [Decisão de Execução do Conselho](#).

A Comissão enviou agora a sua avaliação preliminar positiva do cumprimento dos marcos e das metas, com base no plano revisto, ao [Comité Económico e Financeiro \(CEF\)](#), que dispõe de quatro semanas para emitir o seu parecer.

Mais informações disponíveis no [comunicado de imprensa](#) em linha.



Talentos europeus emergentes comemorados nos Prémios Music Moves Europe 2026

Foram revelados os vencedores dos Prémios Music Moves Europe 2026, um prémio apoiado pelo [programa Europa Criativa](#) e que celebra artistas europeus emergentes que alcançaram audiências fora do seu próprio país.

Selecionados por um júri de peritos de uma [lista restrita de 15 candidatos](#), os vencedores deste ano são Camille Yembe (Bélgica), Carpetman (Ucrânia), Della (Chipre), Sarah Julia (Países Baixos) e Sofie Royer (Áustria). O Grande Prémio do Júri Música Move a Europa 2026 foi atribuído a Lia Kali (Espanha), que também ganhou o Prémio Escolha do Públíco, tendo obtido o maior número de votos de fãs e amantes da música em toda a Europa.

Cada vencedor recebeu um prémio de 10 000 euros. O vencedor do Grande Prémio do Júri também recebeu um cheque de viagem verde no valor de 5 000 euros para organizar uma viagem mais sustentável, enquanto o vencedor do Prémio Escolha do Públíco recebe 5 000 euro. Os vencedores anteriores incluem Zaho de Sagazan, Adèle, Stromae, Dua Lipa, Inhaler, Rosalía, Meduza, Lous e a Yakuza e Naaz.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Comissão aprova primeira vaga de financiamento da defesa para oito Estados-Membros ao abrigo do programa SAFE

A Comissão Europeia aprovou os planos nacionais de defesa de oito Estados-Membros, incluindo Portugal, num marco fundamental do esforço para reforçar a segurança da Europa. A Comissão apresentou ao Conselho uma proposta de aprovação da assistência financeira aos seguintes Estados-Membros: Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Croácia, Chipre, Portugal e Roménia.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou a este respeito: «No ano passado, a UE avançou mais no domínio da defesa do que nas últimas décadas. O Livro Branco e o Roteiro sobre a Defesa 2030 tornaram possível mobilizar até 800 mil milhões de euros em defesa para os Estados-Membros, incluindo 150 mil milhões de euros para contratação pública conjunta no âmbito do Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE). Aprovámos um primeiro conjunto de planos SAFE para a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a Croácia, Chipre, Portugal e a Roménia. Em breve, seguir-se-ão os demais Estados-Membros. É urgente que o Conselho aprove estes planos para que o financiamento seja disponibilizado rapidamente.»

Esta decisão segue-se a uma avaliação rigorosa dos planos nacionais de investimento na defesa dos Estados-Membros em causa, no âmbito da [iniciativa SAFE](#). A aprovação abre caminho à disponibilização da primeira vaga de empréstimos a longo prazo com custos reduzidos, possibilitando a estas nações reforçar a sua prontidão militar e adquirir equipamento de defesa moderno. Além disso, esta aprovação integra a Ucrânia no ecossistema de segurança da UE, assegurando a rapidez e a sustentabilidade do apoio europeu.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

A Comissão Europeia apresenta um pacote de apoio financeiro à Ucrânia para 2026-2027

A Comissão Europeia adotou um conjunto de propostas legislativas para garantir o apoio financeiro contínuo à Ucrânia em 2026 e 2027. Isto marca um marco significativo no forte apoio da UE à defesa do país contra a guerra de agressão da Rússia.

O pacote legislativo consiste em: uma nova proposta que estabelece um empréstimo de apoio à Ucrânia (com base no artigo 212.º do TFUE) no valor de 90 mil milhões de euros; uma nova proposta para alterar o Mecanismo para a Ucrânia (com base no artigo 212.º do TFUE), como um dos meios para implementar a assistência orçamental à Ucrânia; e uma nova proposta para alterar o Regulamento relativo ao Quadro Financeiro Plurianual (com base no artigo 312.º do TFUE) para permitir a cobertura do empréstimo à Ucrânia a partir da «margem de manobra» do orçamento da UE.

Em dezembro, o [Conselho Europeu acordou disponibilizar 90 mil milhões de euros para apoiar decisivamente as necessidades orçamentais e militares da Ucrânia](#) nos próximos dois anos. Esse acordo reafirma o compromisso inabalável da União Europeia com o apoio à Ucrânia.

As propostas legislativas foram apresentadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho, com vista a dar início ao processo legislativo para a sua análise e adoção. Para que a Comissão Europeia possa começar a prestar apoio financeiro à Ucrânia no segundo trimestre de 2026, em conformidade com o acordo alcançado no Conselho Europeu em dezembro passado, é essencial que estes atos sejam adotados rapidamente.

Uma vez alcançado este objetivo, a Comissão avançará com a adoção das decisões de execução relevantes e trabalhará em estreita colaboração com as autoridades ucranianas para implementar as disposições necessárias para que a Comissão possa efetuar o primeiro desembolso do empréstimo.

Tal como acontece com outros mecanismos de apoio financeiro da UE à Ucrânia, este pacote será sustentado por mecanismos de condicionalidade rigorosos. Isto inclui as medidas destinadas a reforçar o Estado de direito e a luta contra a corrupção previstas no Plano para a Ucrânia.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Líderes de grupos do Parlamento Europeu expressam apoio inequívoco à Gronelândia e à Dinamarca

Na passada quarta-feira, a Conferência de Presidentes adotou uma declaração em apoio ao multilateralismo e à ordem internacional baseada em regras, apoiando a Gronelândia e a Dinamarca.

Pode consultar [aqui](#) a versão integral da declaração acima referida.

Comissão concede mil milhões de euros de assistência macrofinanceira ao Egito

A Comissão Europeia desembolsou na passada 5.ª feira [mil milhões de euros](#) em assistência macrofinanceira (AMF) ao Egito, um compromisso importante da Parceria Estratégica Global UE-Egito assinada em março de 2024.

Este apoio financeiro, a primeira das três parcelas previstas no âmbito da operação de AMF em curso, no valor de 4 mil milhões de euros, ajudará o Egito a cobrir parte das suas necessidades de financiamento em curso e a assegurar a estabilidade macroeconómica. Apoiará igualmente os progressos realizados no âmbito da agenda de reformas económicas do país, em conjugação com o programa em curso do Fundo Monetário Internacional (FMI). Este apoio contribuirá para fazer face às pressões sobre a balança de pagamentos do Egito, incluindo as decorrentes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, da situação no Médio Oriente e dos ataques hutis no mar Vermelho.

Na sua avaliação, a Comissão concluiu que o Egito preenchia todas as condições exigidas para o desembolso: em primeiro lugar, o Egito cumpriu todas as condições de política económica acordadas com a UE para este pagamento; em segundo lugar, o país tomou medidas concretas e credíveis para respeitar mecanismos democráticos eficazes, incluindo um sistema parlamentar pluripartidário, defender o Estado

de direito e garantir o respeito pelos direitos humanos; e, em terceiro lugar, o programa do FMI continua no bom caminho, tal como exigido para o desembolso dos fundos de AMF.

No que diz respeito às condições de política económica, o Egito implementou reformas económicas para reforçar a estabilidade macroeconómica e a resiliência, incluindo melhorias na gestão das finanças públicas e no funcionamento do mercado cambial. Registaram-se igualmente progressos no reforço do ambiente empresarial e da competitividade, nomeadamente através de concursos para a atribuição de terrenos industriais e da racionalização do licenciamento em linha. Registaram-se igualmente novos progressos na promoção da transição ecológica, nomeadamente nos domínios da gestão dos recursos hídricos e da energia.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

O Presidente Costa e a Presidente von der Leyen viajam para a Índia para uma cimeira de alto nível a 27 de janeiro de 2026

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, viajarão para a Índia para representar a UE na 16.ª Cimeira UE-Índia, prevista para 27 de janeiro.

Os dois Presidentes irão reunir-se com o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, em Nova Deli, para uma cimeira destinada a reforçar a parceria estratégica UE-Índia e a aprofundar a colaboração em áreas políticas chave. Comércio, segurança e defesa, transição limpa e cooperação interpessoal estarão no topo da agenda das discussões.

Como convidados de honra, os Presidentes Costa e von der Leyen também participarão nas celebrações do 77.º Dia da República da Índia a 26 de janeiro. Esta será a primeira vez que os líderes da União Europeia participam nas celebrações do Dia da República como convidados de honra, sinalizando o reforço da relação bilateral entre a UE e a Índia.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Economia, Comércio e Concorrência

UE-Mercosul: Presidente Costa vai viajar para o Brasil e Paraguai

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, juntamente com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, irão assistir à cerimónia de assinatura UE-Mercosul em Assunção, Paraguai, a 17 de janeiro de 2026. Antes da cerimónia, a 16 de janeiro, o Presidente Costa e a Presidente von der Leyen visitarão o Rio de Janeiro para se reunir com o Presidente Lula do Brasil.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Riscos e oportunidades na evolução das relações económicas e financeiras entre a UE e os EUA

No outono de 2025, a Comissão ECON do Parlamento Europeu solicitou pareceres externos para compreender melhor a evolução da dinâmica macroeconómica entre a UE e os EUA, com vista a promover um escrutínio político eficaz, à luz das responsabilidades de supervisão económica do Parlamento Europeu. Foram recebidos três documentos: um de Natacha Valla e François Miguet (Sciences Po e Universidade de Nova Iorque), outro de Cinzia Alcidi (Centro de Estudos Políticos Europeus, CEPS) e outro de Daniela Gabor (Universidade SOAS de Londres).

Este [briefing](#) preparado por Giacomo Loi e Ronny Mazzocchi da Unidade de Governação Económica e Controlo da UEM (EGOV) da Direção-Geral da Economia, Transformação e Indústria do Parlamento Europeu, apresenta as principais conclusões dos três estudos, fornecendo uma visão geral das análises e conclusões dos autores, estruturadas em torno de quatro questões-chave.

Comissão procura contributos para a reforma dos fundos de capital de risco e de capital de crescimento

A Comissão Europeia [procura](#) obter informações sobre os obstáculos com que se deparam os fundos de capital de risco e de capital de crescimento da UE e sobre possíveis medidas para os eliminar. Para o efeito, a Comissão deu início a duas consultas: uma dirigida às principais partes interessadas, como os gestores de fundos, as empresas, os investidores institucionais, bem como as autoridades públicas e as autoridades de supervisão, e uma ao público para o qual qualquer pessoa possa contribuir.

O contributo apoiará o trabalho político da Comissão no âmbito da União da Poupança e do Investimento e da estratégia para as empresas em fase de arranque e em expansão, em especial os esforços para melhorar o acesso ao financiamento por parte das empresas inovadoras na UE.

Os fundos de capital de risco e de crescimento desempenham um papel fundamental no financiamento da economia da UE, incluindo iniciativas inovadoras e estratégicas. Apoiam as empresas desde as fases iniciais de desenvolvimento até às fases posteriores de crescimento. Um mercado europeu mais dinâmico e integrado para esses fundos é essencial para desbloquear o potencial de crescimento da UE e reforçar a sua competitividade a nível mundial. Através de um melhor acesso ao financiamento, as empresas inovadoras da UE poderão prosseguir a sua expansão e criação de emprego na UE.

Neste contexto, a Comissão prevê uma revisão do Regulamento Fundo Europeu de Capital de Risco (EuVECA) no âmbito da sua estratégia para a União da Poupança e do Investimento, cuja adoção está prevista para o terceiro trimestre de 2026. Com vista a maximizar o impacto

na competitividade e no crescimento da UE, a Comissão está também a ponderar uma eventual iniciativa política mais ampla para além do quadro EuVECA, que abrange um leque mais vasto de gestores de fundos de capital de risco e de capital de crescimento.

As duas consultas permanecem abertas até 12 de março de 2026. As reações recebidas servirão de base ao trabalho político da Comissão em matéria de fundos de capital de risco e de capital de crescimento.

A ênfase contínua dos Estados-Membros nas principais prioridades da UE num contexto de redução das despesas em 2024, revela o Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais

Os Estados-Membros da UE despendem 90 % dos seus auxílios estatais em 2024 para apoiar as prioridades da UE, de acordo com o [Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais de 2025](#) da Comissão Europeia, publicado esta semana.

A proteção do ambiente e a poupança de energia continuam a ser a principal prioridade entre os principais objetivos em matéria de auxílios estatais, representando 68,82 mil milhões de euros, ou seja, 45 % do total dos auxílios estatais para as prioridades da UE. Numa transição estratégica para a sustentabilidade, os Estados-Membros centraram-se mais na ajuda à energia. Do total dos auxílios despendidos para a proteção do ambiente e a poupança de energia, os auxílios estatais para os esforços de descarbonização totalizaram 30,45 mil milhões de euros. Os auxílios à produção de energia e à modernização das infraestruturas ascenderam a 27,31 mil milhões de euros em 2024.

A vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, **Teresa Ribera**, declarou: «A proteção do ambiente e as poupanças de energia continuaram a estar no cerne das despesas com auxílios estatais em 2024, juntamente com a investigação e o desenvolvimento, confirmado a tendência observada em 2023. Tal mostra que os Estados-Membros continuam a apoiar a transição para energias limpas, assegurando que os benefícios da descarbonização e da inovação digital chegam aos agregados familiares e às empresas em toda a Europa.»

O Painel de Avaliação é o instrumento de avaliação comparativa dos auxílios estatais da Comissão. Para mais informações sobre o Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais, incluindo painéis de avaliação anteriores, consultar [aqui](#).

Está disponível [em linha](#) um comunicado de imprensa.



Novo mecanismo dinâmico para reduzir o limite máximo do preço do petróleo bruto russo para 44,10 dólares por barril

Na passada 5.ª feira, foi aplicado pela primeira vez o novo mecanismo automático e dinâmico para a adaptação dos preços do limite máximo do preço do petróleo para o petróleo bruto russo. O novo limite máximo para o preço do petróleo bruto russo é de 44,10 dólares por barril, a partir de 1 de fevereiro. A partir de 15 de janeiro, os antigos contratos celebrados ao abrigo do anterior limite máximo de preço podem ser executados durante 90 dias.

Sob o [18º pacote de sanções](#), o limite foi reduzido de 60,00 dólares para 47,60 dólares com um mecanismo automático e dinâmico introduzido para definir o futuro limite de preço para o petróleo bruto. O novo mecanismo garante que o limite máximo é sempre 15 % inferior ao preço médio de mercado do petróleo bruto dos Urais no período de referência anterior (22 semanas).

A contenção das receitas energéticas da Rússia tem sido sistematicamente, e continuará a ser, uma das principais prioridades da UE, com vista a enfraquecer a capacidade de Moscovo para travar a sua guerra ilegal de agressão contra a Ucrânia.

O limite máximo de preços será sujeito a revisão periódica semestral pela Comissão, embora sejam possíveis revisões extraordinárias sempre que a evolução dos mercados petrolíferos ou outras circunstâncias imprevistas o justifiquem. A Comissão mantém contactos regulares com os Estados-Membros da UE, bem como com os parceiros internacionais, a fim de assegurar uma estreita coordenação das medidas.

A Coligação para a Limitação dos Preços do Petróleo do G7 estabeleceu um mecanismo de limitação dos preços do petróleo para o petróleo bruto e os produtos petrolíferos transportados por via marítima russos em 2022. Os operadores da UE só estão autorizados a prestar serviços de transporte marítimo e serviços conexos para petróleo bruto e produtos petrolíferos russos se forem vendidos a preços iguais ou inferiores aos limites máximos de preços aplicáveis. Este mecanismo foi especificamente concebido para pressionar ainda mais as receitas petrolíferas da Rússia, mantendo simultaneamente os mercados mundiais de energia estáveis através de fornecimentos contínuos.

Para mais informações, consultar o [aviso](#) e as [perguntas frequentes](#).

2024: quase 50 % da eletricidade da UE provém de fontes de energia renováveis

Em 2024, as fontes de energia [renováveis](#) representaram 47,5 % do consumo [bruto de eletricidade](#) na [UE](#), o que indica um aumento de 2,1 pontos [percentuais](#) (pp) em relação a 2023. Quase triplicou (+30 pp) desde o início da série cronológica em 2004. A percentagem era de 15,9 % em 2004, aumentou para 28,6 % em 2014 e aumentou para 47,5 % em 2024.

A energia eólica (38,0 % do total) e a energia hidroelétrica (26,4 %) representaram quase dois terços da eletricidade total produzida a partir de energias renováveis. Seguiu-se a energia solar, que contribuiu com 23,4%, enquanto os biocombustíveis sólidos e outras fontes renováveis representaram 5,8% e 6,4%, respetivamente. A energia solar é a fonte que mais cresce: em 2008, representava apenas 1 %, registando um aumento robusto de apenas 7,4 [terawatts-hora](#) (TWh) em 2008 para 304 TWh em 2024.

Os dados mostram que mais de 75 % da eletricidade consumida em 2024 foi produzida a partir de fontes renováveis na Áustria (90,1 %, na sua maioria hidroelétrica), na Suécia (88,1 %, na sua maioria hidroelétrica e eólica) e na Dinamarca (79,7 %, na sua maioria eólica). Registaram-se também ações superiores a 50 % em Portugal (65,8 %), Espanha (59,7 %), Croácia (58,0 %), Letónia (55,5 %), Finlândia (54,3 %), Alemanha (54,1 %), Grécia (51,2 %) e Países Baixos (50,5 %).

No outro extremo da escala, a quota de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis era inferior a 25 % em Malta (10,7 %), na Chéquia (17,9 %), no Luxemburgo (20,5 %), na Hungria e em Chipre (ambos com 24,1 %) e na Eslováquia (24,9 %).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada disponibilizada pelo Eurostat.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Presidente da Câmara de Istambul vence Prémio Paweł Adamowicz pela defesa da democracia local

Pela sua defesa incansável da democracia, da solidariedade e da independência do governo local face a tendências autocráticas e tentativas de desqualificação, Ekrem İmamoğlu, presidente do município de Istambul, foi galardoado com a quinta edição do Prémio Paweł Adamowicz.

O reconhecimento especial do júri foi para Mary Crilly, fundadora e diretora do Centro para a Prevenção da Violência Sexual em Cork. O prémio, criado para promover o legado do presidente do município Paweł Adamowicz, foi anunciado na terça-feira, 13 de janeiro, no Instituto da Cultura da cidade e será apresentado na reunião plenária do Comité das Regiões Europeu, em Bruxelas, em 4 e 5 de março.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Proteção temporária de 4,33 milhões em novembro de 2025

Em 30 de novembro de 2025, um total de 4,33 milhões de cidadãos de países terceiros que fugiram da Ucrânia tinham [estatuto de proteção](#) temporária na [UE](#). Em comparação com o final de outubro de 2025, o número total de pessoas provenientes da Ucrânia sob proteção temporária aumentou 30 615 (+0,7 %).

Os países da UE que acolhem o maior número de beneficiários de proteção temporária da Ucrânia foram a Alemanha (1 241 000 pessoas; 28,7 % do total da UE), Polónia (968 750; 22,4 %) e Chéquia (392 670; 9.1%).

Entre os 26 países da UE com dados disponíveis, o número de pessoas sob proteção temporária aumentou em 21 países, com os três maiores aumentos absolutos observados na Alemanha (+11 040; +0,9 %), Polónia (+3 745; +0,4 %) e Espanha (+2 810; +1.1%). Entre os cinco países da UE que registaram diminuições, as mais elevadas registaram-se em França (-870; -1,6 %) e Lituânia (-575; -1.1%).

Em novembro de 2025, o número mensal de novas decisões de concessão de proteção temporária na UE (53 735) diminuiu 32,5 % e 27,8 % em comparação com setembro e outubro de 2025, respetivamente. O número de novas decisões em novembro de 2025 está a diminuir para um nível semelhante ao registado antes do decreto do Governo ucraniano, no final de agosto de 2025, que confere aos homens com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos o direito de sair da Ucrânia sem restrições.

Os rácios mais elevados de beneficiários de proteção temporária por mil pessoas foram observados na Chéquia (36,0), na Polónia (26,5) e na Eslováquia (25,7), enquanto o valor correspondente a nível da UE foi de 9,6 por mil pessoas.

Em 30 de novembro de 2025, os cidadãos ucranianos representavam mais de 98,4 % dos beneficiários de proteção temporária na UE. As mulheres adultas representaram 43,6 % dos beneficiários. Os menores representaram quase um terço (30,7%), enquanto os homens adultos compreendiam ligeiramente mais de um quarto (25,7%) do total.

Os [dados apresentados](#) referem-se à atribuição do estatuto de proteção temporária com base na Decisão de Execução 2022/382 do [Conselho](#), de 4 de março de 2022, que declara a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia devido à guerra de agressão russa contra a Ucrânia e introduz uma proteção temporária.

Em 13 de junho de 2025, o Conselho [Europeu adotou a decisão de prorrogar a proteção temporária](#) destas pessoas de 4 de março de 2026 a 4 de março de 2027.

Pedidos de asilo em outubro de 2025

Em outubro de 2025, 62 010 requerentes de asilo [pela primeira vez](#) (cidadãos de países terceiros) apresentaram um pedido de proteção [internacional](#) nos [países](#) da UE, o que representa uma diminuição de 28 % em comparação com outubro de 2024 (86 470) e um aumento de 6 % em comparação com setembro de 2025 (58 495).

Houve também 14 495 requerentes [subsequentes](#), o que representa um aumento de 80 % em relação a outubro de 2024 (8 075) e uma diminuição de 10 % em relação a setembro de 2025 (16 185).

Estas informações provêm dos dados [mensais](#) publicados pelo Eurostat e que podem ser consultados [aqui](#) em maior detalhe.



Indústria

A produção industrial aumentou 0,7 % na área do euro e 0,2 % na UE

Em novembro de 2025, em comparação com outubro de 2025, a produção industrial corrigida de sazonalidade aumentou 0,7 % na área do euro e 0,2 % na UE, de acordo com as primeiras estimativas do Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia. Em outubro de 2025, a produção industrial cresceu 0,7 % na área do euro e 0,2 % na UE.

Em novembro de 2025, em comparação com novembro de 2024, a produção industrial aumentou 2,5 % na área do euro e 2,2 % na UE.

Pode consultar [aqui](#) a esta informação estatística com maior detalhe.



Instituições & União Europeia

Receção de Ano Novo dos Presidentes da Comissão e do Conselho Europeu

Pode encontrar [aqui](#) a versão integral do discurso proferido pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen por ocasião da receção de Ano Novo dos Presidentes da Comissão e do Conselho Europeu.



Mar e Pescas

Tratado Global de Conservação dos Oceanos entra em vigor

O dia 17 de janeiro de 2026 marca um marco histórico para a conservação dos oceanos, com a entrada em vigor do Acordo sobre a Biodiversidade para além da Jurisdição Nacional (BBNJ).

Este [acordo histórico](#), resultado de mais de uma década de colaboração internacional, representa um passo transformador no sentido de salvaguardar os ecossistemas marinhos e fazer face às ameaças urgentes colocadas pelas alterações climáticas, pela poluição e pela perda de biodiversidade.

A União Europeia e os seus Estados-Membros desempenharam um papel central na promoção deste acordo, liderando a [Coligação de Alta Ambição BBNJ](#) — uma coligação de mais de 40 nações empenhadas numa proteção dos oceanos ousada e baseada em dados científicos. Esta aliança, impulsionada por um compromisso político de alto nível, tem sido fundamental para negociar o tratado e acelerar o processo de ratificação.

Um desenvolvimento significativo na conservação marinha é a possibilidade de as nações estabelecerem áreas marinhas protegidas (AMP) em grande escala no alto mar - uma medida crítica para cumprir a meta do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal de proteger 30% dos oceanos até 2030. O tratado prevê igualmente avaliações do impacto ambiental das atividades económicas nas águas internacionais, assegurando práticas sustentáveis e minimizando os danos causados aos ecossistemas marinhos frágeis.

Fundamentalmente, o acordo dá prioridade à equidade e à inclusão, com apoio específico aos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento receberão apoio para implementar o acordo, através de fortes iniciativas de capacitação e programas de transferência de tecnologia marinha. Esta assistência será financiada através de uma variedade de fontes públicas e privadas. Um mecanismo inovador de partilha dos benefícios assegurará igualmente um acesso equitativo aos recursos genéticos marinhos.

UE lança nova plataforma para recolher dados harmonizados sobre a pesca recreativa

A União Europeia lançou o RecFishing, uma solução digital inovadora para simplificar e racionalizar a recolha de dados sobre as capturas da pesca recreativa em todas as zonas marinhas da UE. Esta iniciativa contribuirá para melhorar a nossa compreensão coletiva das atividades de pesca e para promover a gestão sustentável das unidades populacionais de peixes.

Com a introdução de novas medidas em janeiro, a plataforma RecFishing está pronta para transformar a forma como os dados são recolhidos e utilizados pelas 22 nações costeiras da UE. Ao simplificar a forma como as informações sobre as espécies e as unidades populacionais de peixes são recolhidas, esta nova plataforma ajudará as autoridades a tomar decisões mais informadas, assegurando a saúde e a longevidade dos ecossistemas marinhos. Fornecerá igualmente aos cientistas dados sólidos, melhorando a sua capacidade de monitorizar os níveis das unidades populacionais de peixes e impulsionando iniciativas de apoio à utilização sustentável dos recursos marinhos. A plataforma servirá como um instrumento importante para promover a responsabilização e a inovação nas práticas de pesca recreativa.

A pesca recreativa faz parte do compromisso da UE de promover a gestão ambiental e garantir um futuro próspero tanto para os nossos oceanos como para as comunidades que deles dependem.

Para mais informações sobre esta nova plataforma digital, visite a [página Web específica](#) e explore a secção [de perguntas e respostas](#).



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Informações contextuais sobre o QFP pós-2027 - janeiro de 2026

Este [resumo](#) elaborado mensalmente pela Unidade de Apoio Orçamental da DG BUDG e pela Comissão Europeia, reúne uma coleção de documentos elaborados por instituições académicas, grupos de reflexão, outras instituições e organismos da UE, bem como por partes interessadas, que podem ser úteis para acompanhar o debate relativo ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, com início em 2028.



Tecnologia e Informática

UE investe mais de 307 milhões de euros em inteligência artificial e tecnologias conexas

A Comissão Europeia lançou dois novos convites à apresentação de propostas no âmbito do agregado «O Digital, a Indústria e o Espaço» do Programa de Trabalho [do Horizonte Europa](#), atribuindo 307,3 milhões de euros para reforçar a inovação digital e a competitividade da Europa.

Um total de 221,8 milhões de euros é dedicado a uma [iniciativa](#) centrada no desenvolvimento de serviços de inteligência artificial (IA) fiáveis, de serviços de dados inovadores e na garantia da autonomia estratégica da UE. O convite financiará projetos que contribuam para o desenvolvimento da IA, incluindo ações de apoio à [estratégia Apply AI](#), à robótica, às tecnologias quânticas, à fotónica e aos mundos virtuais. Com mais de 40 milhões de euros dedicados à iniciativa «Open Internet Stack Initiative», serão desenvolvidas tanto aplicações para os utilizadores finais como tecnologias integradas na pilha para apoiar os bens comuns digitais soberanos europeus.

Está disponível um montante adicional de 85,5 milhões de euros para o [segundo convite à apresentação de propostas](#), que apoiará a autonomia estratégica aberta no domínio das tecnologias e matérias-primas digitais e emergentes. Centrar-se-á em temas como os agentes de IA da próxima geração, a robótica para aplicações industriais e de serviços e o desenvolvimento de novos materiais com funcionalidades de deteção melhoradas.

Estes convites promovem a inovação sustentável e a liderança europeia no domínio das tecnologias digitais estratégicas, em consonância com as [Orientações para a Competitividade da Comissão](#). Através deste investimento, a Comissão pretende assegurar a liderança em tecnologias estratégicas através de uma inovação sustentável e centrada no ser humano.

A vertente quatro do [programa de trabalho do Horizonte Europa](#), «O Digital, a Indústria e o Espaço», foi estrategicamente concebida para acelerar a liderança e a competitividade da Europa em setores digitais estratégicos fundamentais, como a IA, a computação quântica, as futuras redes digitais, os mundos virtuais e outras tecnologias essenciais. Estes convites estão abertos a empresas, administrações públicas, universidades e outras entidades dos Estados-Membros da UE e dos países parceiros.

A janela de candidaturas permanece aberta até 15 de abril de 2026.

Pode encontrar mais informação no “ [portal Funding & Tenders](#)” da Comissão Europeia.

I inteligência artificial: Conselho abre caminho à criação de gigafábricas de IA

O Conselho adotou uma alteração ao regulamento que rege as atividades da Empresa Comum para a Computação Europeia de Alto Desempenho (Empresa Comum EuroHPC), alargando os seus objetivos no sentido de facilitar a criação de gigafábricas de inteligência artificial (IA) na Europa e incluir um pilar específico relativo às tecnologias quânticas.

O regulamento alterado permite o desenvolvimento e a exploração de gigafábricas de IA na Europa, uma infraestrutura de computação de IA de craveira mundial que reforçará a indústria e a competitividade da Europa, promovendo simultaneamente a cooperação através de parcerias público-privadas que incluem os Estados-Membros e as partes interessadas da indústria. Estabelece igualmente regras em matéria de financiamento e contratação pública, salvaguardando simultaneamente os interesses das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão. A alteração proporciona flexibilidade aos parceiros, permitindo-lhes otimizar os resultados e, ao mesmo tempo, promover a liderança da Europa no domínio da IA e das tecnologias quânticas.

Na sequência da aprovação pelo Conselho, o ato legislativo foi adotado. O regulamento será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* a 19 de janeiro e entrará em vigor no dia seguinte.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o regulamento agora adotado pelo Conselho.



Explore as viagens turísticas dos europeus

Sabia que, em 2024, quase 249 milhões, ou quase dois terços (65 %) dos europeus com idade igual ou superior a 15 anos, fizeram pelo menos uma viagem durante a noite por razões pessoais? Ou que a maioria deles preferiu viajar dentro do seu próprio país? Na verdade, 71,3% de todas as viagens eram domésticas. E quando viajavam para o estrangeiro, tendiam a permanecer na UE, onde 92,2 % das viagens tinham lugar. Sabia que os europeus gastaram, em média, 303 euros em viagens domésticas e 1053 euros em viagens ao estrangeiro?

A publicação do Eurostat [Viagens turísticas dos europeus](#) disponibilizada em linha, reúne os dados mais recentes sobre o turismo. Abrange tudo, desde a demografia dos turistas europeus até as características de suas viagens. Descubra quais os destinos que estão no topo da lista, como as pessoas viajam e onde estão hospedadas. A publicação também explora o objetivo de suas viagens, seja para negócios ou lazer, e quanto os turistas estão gastando.

Pode encontrar mais detalhes [aqui](#).

Turismo desportivo: uma ferramenta estratégica para um turismo sustentável e equilibrado na UE

O turismo desportivo é um ramo em crescimento da economia turística da UE, abrangendo tanto a participação ativa em desportos como a assistência a eventos desportivos. Definido pela agência especializada da ONU para o turismo como experiências de viagem que envolvem assistir ou participar em eventos desportivos, evoluiu para uma força económica significativa, avaliada em aproximadamente 585 mil milhões de euros a nível global e representando 10 % do mercado turístico total.

A UE reconheceu o potencial do turismo desportivo como ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional, capaz de enfrentar desafios comuns do turismo, como a sazonalidade e o excesso de turistas, atraindo visitantes durante os períodos de menor afluência e para destinos emergentes. Os benefícios do turismo desportivo estendem-se às dimensões económica, social, sanitária e ambiental. Em termos económicos, o setor do desporto gera emprego, com mais de 6 milhões de postos de trabalho diretamente ligados ao desporto em toda a UE, muitos dos quais estão ligados à economia do turismo. Outros efeitos multiplicadores criam valor adicional através do impacto na cadeia de abastecimento.

Além da geração imediata de receitas, o turismo desportivo pode servir como um catalisador para o desenvolvimento de infraestruturas, a promoção da imagem do destino e a revitalização urbana a longo prazo. Para os indivíduos, o turismo desportivo ativo proporciona benefícios para a saúde e funciona como um investimento preventivo na saúde. As áreas rurais, em particular, beneficiam do turismo desportivo, pois ele pode diversificar as economias locais, impulsionar melhorias na infraestrutura e proporcionar visibilidade para regiões menos visitadas. No entanto, é importante elaborar políticas que promovam uma forma sustentável e inclusiva de turismo desportivo, que atenda às necessidades de todas as partes interessadas envolvidas e respeite o contexto social e ambiental local único, a fim de evitar impactos negativos associados a megaeventos mal geridos, como superlotação, deslocamento e dívida pública insustentável.

Pode encontrar informação mais detalhada nesta [publicação do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) (EPRS).

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2026 e 2027.](#)

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2026.](#)

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no

Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas](#) (incluir o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!